



MERCOSUL/RAADH/ATA N° 03/12

IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

Realizou-se na cidade de Brasília, nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2012, a IV Reunião Extraordinária de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das delegações de Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Também participaram da Reunião representantes do IPPDH.

A Lista das Delegações Participantes figura como **Anexo I** da presente Ata.

A Agenda Aprovada da reunião figura como **Anexo II** da presente Ata.

O Resumo da Ata figura como **Anexo III** da presente Ata.

As normas e projetos de normas aprovados seguem como **Anexo IV** da presente Ata.

Projeto de parágrafos para o Comunicado dos Presidentes e Presidentas dos Estados Partes do MERCOSUL figura como **Anexo V** da presente Ata.

O Comunicado das Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia, Chile e Equador sobre a Situação entre Israel e Palestina figura como **Anexo VI** da presente Ata.

1) Abertura da Senhora Ministra Maria do Rosário

A Ministra Maria do Rosário declarou abertos os trabalhos da IV RAADH Extraordinária e deu boas-vindas a todas as delegações.

A Chefa da Delegação brasileira saudou a eleição recente de Brasil, Argentina e Venezuela para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e afirmou que os três países representarão o Continente à altura naquele órgão.

A Ministra dos Direitos Humanos do Brasil cumprimentou a Argentina pelo resultado de julgamentos importantes em matéria de justiça de transição verificados no âmbito do país vizinho. Felicitou, ademais, o Uruguai pelos avanços recentes em matéria de igualdade de gênero e superação das violações de direitos das populações LGBT.

A Chefa da Delegação brasileira informou as autoridades presentes na RAADH sobre a realização da III Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência (Brasília, 03 a 06 de dezembro de 2012), assim como sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade do Brasil, que espera poder contar com contribuições dos demais países da Região. A Ministra saudou a memória de Eduardo Luis Duhalde ao fazer referência à proposta de criação de uma "Operação Paloma" em favor da promoção dos direitos humanos no MERCOSUL, que simbolize a reparação das graves violações de direitos



humanos ocorridas no âmbito de operações de coordenação repressiva ilegal no passado recente.

A Chefa da Delegação do Brasil manifestou solidariedade às vítimas dos conflitos entre Israel e grupos palestinos da Faixa de Gaza, em especial as populações vulneráveis de crianças, adolescentes e pessoas idosas, e instou que as delegações presentes se posicionassem como bloco na matéria, com o objetivo de consolidar posicionamento comum em foros internacionais, em especial no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Atribuiu especial importância ao reconhecimento do Estado Palestino, com vistas à superação dos conflitos atuais no Oriente Médio.

A Ministra dos Direitos Humanos saudou a atuação brilhante da Embaixadora Laura Dupuy na presidência do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a qual foi caracterizada pela defesa firme e intransigente dos direitos humanos.

Afirmou que o Brasil buscará aprovar a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, no Congresso Nacional, antes do final deste ano, de forma análoga ao que já se verificou no Uruguai e na Argentina. Ressaltou, ainda, a importância da RAADH para a implementação exitosa desse mecanismo no âmbito dos Estados Partes e Estados Associados.

A Ministra dos Direitos Humanos fez menção ao Projeto de Emenda Constitucional relativa à possibilidade de expropriação, sem indenização, de propriedades urbanas ou rurais nas quais se verifique a prática de trabalho análogo à escravidão. O Projeto tramita no Senado Federal e deverá ser votado em breve.

As Altas Autoridades repassaram os pontos da agenda proposta, que foi aprovada sem emendas.

2) Palavras das Altas Autoridades em Direitos Humanos

O Uruguai cumprimentou a Presidência Pro Tempore Brasileira do MERCOSUL e felicitou a eleição dos membros do bloco para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Reforçou a importância de a RAADH servir como mecanismo de articulação e consultas no âmbito dos países da América do Sul.

O Chefe da Delegação da Argentina anunciou a recente aprovação do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura pelo Congresso Nacional Argentino.

3) Encaminhamentos dos subgrupos

a) Relato de encerramento das atividades do GT Indicadores DESC

Representante da área de Indicadores da SDH/PR do Brasil fez breve relato sobre os trabalhos do GT temático. O Grupo realizou dezenove reuniões, na quais tomaram parte todos os Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL, na discussão dos indicadores a serem harmonizados.

Informou que o GT apresentará resumo de todas as reuniões realizadas. Adiantou que se verificaram avanços consideráveis, no âmbito do bloco, no tocante à consolidação dos indicadores do direito ao trabalho, à educação e à saúde. Destacou ainda que o Uruguai desenvolve projeto exemplar na matéria.

O Secretário Executivo do IPPDH, Victor Abramovich, acrescentou que as incumbências do GT passarão para o âmbito do Instituto. Destacou a importância de se vincular as áreas de direitos humanos às áreas de políticas sociais do bloco. Destacou ainda a relevância de se realizarem planejamentos para o próximo ano no tocante à articulação entre as políticas públicas regionais e os indicadores nacionais e regionais de direitos humanos.

A Ministra Maria do Rosário afirmou que se tem logrado consolidar indicadores de direitos humanos e que se devem produzir estatísticas e indicadores regionais. A Chefa da delegação do Brasil reafirmou a importância de se reconhecer o trabalho desenvolvido pelo IPPDH na harmonização dos indicadores, mas ressaltou que há que se considerar as distintas realidades nacionais.

A Delegação da Bolívia informou que está produzindo indicadores em direitos sociais e culturais, que serão apresentados em dezembro próximo.

O Uruguai ressaltou que o GT Indicadores desempenhou importante tarefa ao fornecer insumos para o desdobramento do tema no âmbito do bloco. Relembrou ainda a importante parceria estabelecida entre os países do MERCOSUL e o ACNUDH para o desenvolvimento de indicadores. Destacou ainda a necessidade política da consolidação de um mecanismo eficiente, sistematizado e alinhado em nível regional e internacional.

A Ministra Maria do Rosário saudou o papel desempenhado pelo ACNUDH e sugeriu que o resultado das dezenove reuniões realizadas pelo GT, inclusive suas atas, relatórios e estudos, sejam enviados ao IPPDH, para que o Instituto produza síntese, a ser divulgada na região.

As delegações acolheram a proposta da Ministra e solicitaram ao Grupo de Trabalho que envie ao IPPDH o relatório final, assim como suas atas, relatórios e estudos.

b) Relato das atividades da Comissão Iniciativa Niñ@Sur

A PPTB informou que a reunião foi convocada com o intuito de se analisar os resultados do PAIR/MERCOSUL, pacto regional sobre o combate do tráfico de crianças e de adolescentes para fins de exploração sexual. A agenda aprovada pela Comissão recebeu sugestões do UNICEF relativas ao plano estratégico do órgão para o período 2014-2017.

Ainda no âmbito do PAIR, informou que a Comissão decidiu estabelecer equipe de trabalho informal, com vistas a identificar e a sistematizar as prioridades de cada país com relação à temática, que deverão ser apresentadas ao UNICEF.

A Comissão apresentou à Plenária da RAADH projeto de acordo sobre a promoção da conscientização da população; o incentivo a agendas conjuntas em cidades gêmeas; a realização de pesquisas e artigos sobre o combate ao tráfico de crianças e de adolescentes para fins de exploração sexual; a cooperação e o aprimoramento dos canais de denúncia e de acesso à justiça; a ampliação da fiscalização nas áreas de fronteira; a adoção de sistemas de gestão de dados; bem como o impulso ao processo de formação continuada dos pontos focais e responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico de crianças e de adolescentes na região e pelo monitoramento da execução e avaliação dos planos regionais.

O Acordo (Anexo VII) foi aprovado pelos Estados Partes do MERCOSUL ad referendum da Venezuela. Bolívia e Chile manifestaram sua adesão ao Acordo. As delegações de Equador e Colômbia informaram que realizarão consultas internas a respeito do documento.

c) Relato sobre a III Reunião do Grupo Técnico Operação Condor.

A PPTB relatou a visita realizada pelos integrantes do GT ao Núcleo de Acervos do Regime Militar da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília. A visita teve como objetivo familiarizar os membros do Grupo com a metodologia adotada pelo Arquivo Nacional no tratamento e tramitação de pedidos de acesso relativos a documentação sobre violações de direitos humanos.

Durante a visita, foi realizado encontro dos integrantes do GT com o Coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Dr. Cláudio Fonteles, que apresentou vários aspectos do trabalho realizado pela CNV. O Dr. Cláudio Fonteles afirmou que espera poder contar com a cooperação dos Estados do MERCOSUL nos trabalhos da Comissão da Verdade. Na mesma oportunidade, os representantes dos países do MERCOSUL puderam apresentar elementos de sua legislação sobre acesso à informação e direito à Memória e à Verdade,

assim como analisar perspectivas concretas de cooperação com vistas ao intercâmbio de documentação.

A PPTB reiterou convite para que os Estados Associados do MERCOSUL designem representantes para integrar o GT.

O Representante brasileiro parabenizou o IPPDH pelo trabalho desenvolvido junto aos Estados Partes e Estados Associados do bloco no apoio às atividades do GT de levantamento de dados relativos à memória e verdade, em arquivos públicos e privados.

Representante do Equador sinalizou interesse pelos trabalhos do GT e ressaltou a oportunidade de maior participação dos Estados Associados. Por fim, solicitou à RAADH informações escritas sobre as atividades do Grupo.

A Argentina demonstrou satisfação de os demais países terem intenção de se incorporar ao GT e felicitou o Grupo pelo bom andamento de suas atividades.

A Delegada da Bolívia informa que seu país tem trabalhado em projeto de lei com o objetivo de instalar uma Comissão Nacional da Verdade no país. A iniciativa tem encontrado, entretanto, dificuldade advindas da falta de consenso que ainda se verifica, devido aos vários fatores envolvidos. Tendo em mente essa realidade, solicitou maior cooperação dos demais Estados Partes e Estados Associados do bloco, bem como do IPPDH, com vistas a instituir a referida comissão nacional.

O Uruguai saudou os trabalhos do Grupo Técnico e compartilhou a necessidade de ampliação do GT. Na visão uruguaia, a plena incorporação dos Estados Associados fortaleceria o grupo e o intercâmbio de experiências. No mesmo sentido, informou sobre a finalização das negociações de memorando de entendimento entre a República Argentina e a República Oriental do Uruguai para o intercâmbio de documentação para o esclarecimento de graves violações de direitos humanos, a ser assinado no marco da próxima Cúpula Presidencial do MERCOSUL.

O Representante do Uruguai saudou com entusiasmo a oportunidade de encontro com o Coordenador da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Recordou que a primeira ditadura de "segurança nacional" na região foi instalada no Brasil com o golpe de 1964. Nesse sentido, assinalou a importância dos trabalhos da CNV, não apenas para o Brasil, mas para todos os países da América Latina.

A Secretária Executiva da SDH do Brasil, Patrícia Barcelos, agradeceu aos membros do GT Operação Condor e informou que está aberto convite de participação aos demais países no Grupo. Encorajou a continuação dos trabalhos do GT, para que os demais países possam construir, juntamente com o Brasil, a realização dos direitos à Memória e à Verdade. Finalmente, felicitou

os membros do GT pela reunião com o Dr. Cláudio Fonteles, iniciativa que simboliza a luta do povo brasileiro para reconstruir sua história.

O GT também aprovou cronograma para a análise de proposta do IPPDH de cláusulas de interpretação dos acordos de cooperação jurídica do MERCOSUL com vistas à incorporação da temática de graves violações de direitos humanos. Acordou-se o prazo de 01/03/2013 para apresentação de comentários dos Estados ao projeto apresentado pelo IPPDH, assim como o prazo de 02/04/2013 para a apresentação à PPTU de versão consolidada do texto para discussão no âmbito da próxima reunião ordinária da RAADH.

O IPPDH apresentará, em fevereiro de 2013, projeto de cooperação administrativa do MERCOSUL para o esclarecimento de graves violações de direitos humanos.

4) Organização dos Estados Americanos

a) Relato do Colóquio “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Boas Práticas em Soluções Amistosas”

A realização do Colóquio “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Boas Práticas em Soluções Amistosas” atendeu a decisão da XXII RAADH no sentido de compartilhar práticas exitosas no âmbito do sistema interamericano. Buscou-se discutir o estado atual do processo de fortalecimento do sistema interamericano. A iniciativa contou com a participação de representantes da sociedade civil, de peticionários junto ao sistema, de autoridades e de representantes de universidades.

O Colóquio abordou a possibilidade de fortalecer boas práticas em matéria de soluções amistosas, o desafio de internalizar as decisões da Corte IDH e da CIDH no ordenamento jurídico doméstico, o papel proativo e autônomo da CIDH no processo de fortalecimento do Sistema como um todo, assim como o desafio de universalizar as adesões dos países da região ao sistema interamericano tornar-se ponto de agenda política da OEA.

Destacaram-se ainda as preocupações da sociedade civil com uma possível burocratização do sistema, bem como a importância da democracia e do estado de direito para a promoção dos direitos humanos. Por fim, haja vista o contexto atual de escassez de recursos, entendeu-se que se devem priorizar os casos paradigmáticos no âmbito do SIDH. Reforçou-se ainda a necessidade de cumprimento integral, pelo Estado Brasileiro, da sentença da Corte Interamericana sobre os desaparecidos políticos na guerrilha do Araguaia.

A delegação do Uruguai apresentou proposta de declaração das Altas Autoridades de direitos humanos do MERCOSUL sobre o processo de fortalecimento do sistema interamericano (ANEXO VIII).

A proposta uruguaia foi considerada positiva e importante pelas delegações presentes, que assinalaram a necessidade de que a mesma seja analisada em profundidade pelo conjunto dos Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL.

As delegações de Brasil, Colômbia e Chile manifestaram concordância com o teor da proposta uruguaia, sem prejuízo de eventuais contribuições com vistas ao seu aperfeiçoamento.

A delegação da Argentina manifestou seu apoio integral ao texto apresentado pelo Uruguai.

A delegação do Equador agradeceu os esforços realizados pela delegação uruguaia e considerou que o referido texto deve ser complementado levando em consideração o atual processo para a reforma jurídica do Sistema Interamericano, em concordância com a realidade atual e as expectativas da região.

As demais delegações informaram que transmitiriam o teor da proposta a suas respectivas capitais para consultas.

O Representante do Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas mencionou o chamado da Alta Comissária a todos os Estados da região das Américas para seguir cooperando com o mecanismo de Direitos Humanos regionais e internacionais, e que se abstenham de tomar medidas para debilitar um dos mais antigos e eficazes mecanismos regionais de proteção aos direitos humanos.

As delegações presentes consideraram positiva a permanência do tema na agenda da RAADH e solicitaram à PPTU que avaliasse a possibilidade de convocar reunião com vistas à discussão da proposta, antes da realização da Assembléia Geral Extraordinária da OEA que deverá concluir o atual processo de discussões sobre o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

5) Análise da Proposta de Regulamento da RAADH, elaborada pelo IPPDH

O Secretário Executivo do IPPDH realizou leitura comentada de todo o projeto de regulamento, assim como exposição sobre seus antecedentes. O Projeto de Regulamento da RAADH (Anexo IX) foi aprovado pelos países presentes ad referendum da Venezuela.

A delegação da Bolívia ressaltou a importância de o Regulamento ser interpretado de modo a garantir a participação dos povos indígenas na RAADH. O Representante da Argentina ressaltou que a participação social na Reunião

não se deve restringir a Organizações Não-Governamentais, mas abranger sindicatos e outros grupos, que estariam contemplados no termo “organizações sociais”, empregado no documento produzido pelo IPPDH.

6) Análise do Manual de Genética Forense, apresentado pela Delegação da Argentina

Representante da Argentina apresentou o Guia de Boas em Práticas para o uso de Genética Forense em Investigações sobre Direitos Humanos e Direitos Internacional Humanitário e solicitou receber comentários, críticas e sugestões sobre o documento antes da próxima RAADH.

Solicitou que o conteúdo do Manual seja analisado conjuntamente pelas áreas competentes dos Estados que possuem conhecimento sobre o tema. A delegada argentina destacou a criação de bancos de dados genéticos em seu país e relatou que, no Grupo de Trabalho que elaborou o Manual, houve a participação de diversos especialistas e atores da sociedade civil argentina. Por fim, sugeriu a realização de evento paralelo a Sessão do CDH/ONU durante o ano de 2013, com o objetivo de apresentar o Manual à comunidade internacional.

O Coordenador da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SDH/PR do Brasil fez duas ponderações com relação ao conteúdo do Manual. A primeira se refere às questões de cadeia de custódia, uma vez que ainda há dúvidas em relação ao tratamento dos restos mortais. O segundo ponto refere-se às dificuldades em se estabelecer quanto tempo os restos mortais de contraprova poderão estar sob a guarda de instituições responsáveis por sua identificação. Acrescentou que tampouco se menciona o arcabouço legal que rege esse tipo de guarda. O Representante do Brasil se comprometeu a enviar por escrito seus comentários ao documento apresentado pela Argentina.

De acordo com a CEMDP, o Brasil tem envidado esforços para consolidar e ampliar processos de identificação de restos mortais de desaparecidos políticos e permanece aberto a sugestões, inovações e tecnologias advindas da cooperação internacional.

Representante do Uruguai felicitou a Delegação Argentina pela elaboração do Manual e afirmou que seu país tem-se beneficiado sobremaneira da cooperação da Argentina nessa matéria.

Para a Argentina, o Manual deverá servir de base para que os Estados realizem, com maior sintonia, atividades de capacitação, investigação e fortalecimento das estruturas institucionais, com o objetivo de alcançar consensos regionais sobre o tema. A Argentina manifestou que gostaria de incorporar ao texto eventuais contribuições advindas dos Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL antes de apresentá-lo no âmbito do

CDH/ONU. O Brasil assumiu o compromisso de colocar o referido manual em consulta pública.

7) Atividades do IPPDH

a) Apresentação de Relatório da Secretaria Executiva sobre a situação dos direitos humanos no Paraguai;

O Secretário Executivo do IPPDH observou que a UNASUL detém o mandato para discutir, avaliar e atuar diretamente em relação à situação no Paraguai. Nesse contexto, destacou que o tema será tratado pela Cúpula da UNASUL em reunião no dia de hoje, 30 de novembro.

O Sr. Victor Abramovich informou à IV RAADH Extraordinária que o terceiro relatório reservado sobre a situação dos direitos humanos no Paraguai foi enviado ao Grupo de Alto Nível da UNASUL em 12 de Novembro corrente, de acordo com o mandato estabelecido pela XXII RAADH.

A Delegação do Brasil reiterou o papel do Grupo de Alto Nível da UNASUL na análise da situação no Paraguai, com vistas ao restabelecimento da ordem democrática no país. Sugeriu, ademais, uma reunião sobre o tema no IPPDH no início de 2013, quando já haverá resultados da Cúpula de Chefes e Chefas de Estado da UNASUL. Sugeriu ainda que, nessa oportunidade, seja realizada avaliação da atuação da RAADH nesse tema.

b) Cooperação bilateral dos Estados do MERCOSUL e Associados com o Haiti em matéria de DH

O Secretário Executivo do IPPDH relatou visita que realizou ao Haiti, no período de 17 a 22 de novembro, oportunidade na qual se realizou seminário público, que contou com a participação de autoridades do Haiti, dos Embaixadores dos países do MERCOSUL em Porto Príncipe, da Secretaria Técnica da UNASUL para o Haiti, assim como das organizações sociais de direitos humanos presentes no país. Manteve reuniões com funcionários governamentais haitianos, representantes das organizações da sociedade civil e funcionários de Embaixadas dos países do MERCOSUL no Haiti.

Durante a visita, a Ministra Delegada dos Direitos Humanos e Combate à Pobreza do Haiti relatou a necessidade da elaboração de plano nacional de direitos humanos e da criação de instituições de direitos humanos no âmbito governamental. Com relação à referida proposta de Plano Nacional, a Ministra Delegada dos Direitos Humanos e Combate à Pobreza do Haiti destacou as temáticas das condições de detenção, infância, violência de gênero e direito à memória, verdade e justiça. Enfatizou ainda que os direitos civis e políticos também se encontram em pauta no Haiti.

Victor Abramovich apresentou também levantamento preliminar das principais linhas de cooperação entre os países do MERCOSUL e o Haiti. O Secretário Executivo afirmou que o cenário pós-terremoto enseja diversas oportunidades para cooperação, realidade que legitima o apoio a iniciativas do Governo do Haiti com vistas à criação de instituições dedicadas aos temas de direitos humanos. Assinalou o Secretário Executivo que se devem aproveitar os vínculos de confiança já construídos nas atividades de cooperação dos países do MERCOSUL no Haiti para se criar estratégias voltadas para agregar componentes de direitos humanos a essa cooperação.

O representante do MRE do Brasil indagou ao Secretário Executivo do IPPDH sobre a possibilidade de que os países do MERCOSUL apoiassem a criação no Haiti de sistemas de garantia de direitos a exemplo da experiência iniciada naquele país na área dos direitos de pessoas com deficiência.

Ponderou existir no MERCOSUL experiências de constituição de sistemas dessa natureza as quais poderiam ser idealmente replicadas no Haiti caso o país assim o solicite.

Victor Abramovich afirmou que a construção de um sistema de proteção, como referido, seria ideia interessante. Destacou ainda a importância do intercâmbio de experiências e informações no âmbito da cooperação MERCOSUL-Haiti.

A Delegação Argentina sugeriu elaborar agenda de trabalho comum aos Estados Partes e Estados Associados, com especial atenção ao processo de construção de democracia e de fortalecimento da experiência institucional no país caribenho. Sugeriu ainda que as iniciativas se concentrem nos mecanismos já existentes – tanto país a país quanto os regionais – de modo a otimizar os esforços de cooperação, segundo os requerimentos do Haiti.

O Uruguai saudou o IPPDH pela visita ao Haiti e concordou com a Argentina no que concerne à prioridade que se deve conferir às iniciativas mais concretas.

O Representante do Equador apresentou proposição no sentido de que seja mantido o tema na agenda e que se realizem reuniões entre o MECOSUL e a UNASUL, com vistas à consolidação de entendimentos comuns na matéria. Solicitou ainda aos países que tenham em mente ações bilaterais já existentes com o Haiti antes de submeter ao grupo nova proposta de cooperação.

Nesse sentido, a Delegação Brasileira sugeriu realizar reunião preparatória, no IPPDH, antes da próxima RAADH, com vistas a delinear ações de cooperação concretas e meios claros para sua execução.

Destacou, também, a possibilidade da cooperação em matéria de direitos da criança como área na qual o MERCOSUL é capaz de fornecer um posicionamento coordenado, uma vez que o Bloco possui marcos concretos na

matéria, considerando-se, de antemão, a importância que representa na agenda.

Por fim, fez referência à experiência brasileira sobre questões relativas à convivência familiar e aos cuidados alternativos de crianças, bem como o enfrentamento da exploração e violência sexual de crianças em zonas fronteiriças. Tais ações poderiam servir para fomentar a cooperação com o Haiti, objetivando-se, sobretudo, a visibilidade da cooperação do Bloco.

Representante da Argentina endossou o entendimento brasileiro e ressaltou que a visita foi realizada com o intuito de se identificar possibilidades, tendo em mente o contexto haitiano e as capacidades dos países membros e do IPPDH. Por fim, ressaltou que devem ser levadas em consideração as prioridades definidas por aquele país, as quais deverão definir o modo como as iniciativas de cooperação serão concretizadas.

c) Situação do “Projeto de construção de infraestrutura para a proteção e promoção dos direitos humanos”, encaminhado ao FOCEM;

O IPPDH destaca que o projeto foi recebido e que se encontra em fase final de análise pela Unidade Técnica FOCEM, que deverá emitir parecer a respeito nos próximos dias.

d) Realização de concursos públicos;

Em 16 de novembro de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil, na qualidade de PPTB da RAADH, encaminhou ao Coordenador Nacional Brasileiro do Grupo do Mercado Comum projeto de bases para concursos públicos, elaborado pelo IPPDH e aprovado por seu Conselho de Representantes Governamentais, com o objetivo de preencher os quatro cargos de chefia de departamento do IPPDH, previstos no organograma aprovado pela Decisão CMC Nº 12/10. Nesse sentido, foi solicitado o início dos trâmites formais com vistas à realização do concurso de referência.

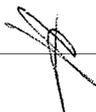
A RAADH reitera a importância do início dos procedimentos para a realização dos concursos como caminho para a consolidação institucional do IPPDH.

e) Proposta de Orçamento do IPPDH para o exercício de 2013

A RAADH aprovou a proposta de Orçamento do IPPDH para o exercício de 2013 (Anexo X), que deverá ser encaminhada pela PPTB ao Grupo de Assuntos Orçamentários do MERCOSUL.

Em conformidade com a proposta de orçamento aprovada, a PPTB deverá encaminhar ao GMC projeto de decisão que cria cargo de assistente técnico do IPPDH (ANEXO XI)

8. PROJETOS DE CARÁTER SOCIAL NO ÂMBITO DO FOCEM



A pedido da Delegação da Argentina, a RAADH acordou solicitar ao Conselho do Mercado Comum que formalize a alocação de uma parcela dos recursos do FOCEM para a execução de projetos de caráter social transversal no âmbito do MERCOSUL. Acordou também em incentivar as Unidades Técnicas Nacionais e a Unidade Técnica do FOCEM a avaliarem projetos de caráter social com base em uma perspectiva abrangente, que considere as particularidades desse tipo de projeto em relação àqueles de infra-estrutura. Somente dessa forma se poderá avançar na redução das assimetrias sociais existentes entre os países do MERCOSUL.

9. Participação da sociedade civil na RAADH



Os representantes da sociedade civil na RAADH valorizaram a possibilidade de participação neste foro.



A representante do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) lamentou que a proposta de declaração do Uruguai sobre o fortalecimento do SIDH não tenha sido aprovada na IV RAADH Extraordinária, pois se trata de um texto de princípios já consensuados no âmbito da OEA pelos países do bloco, no que diz respeito ao fortalecimento do SIDH e ao reconhecimento da importância de seus órgãos decisórios (Corte IDH e Comissão IDH). No mesmo sentido, lamenta a falta de consenso considerando que o texto não reflete os temas mais polêmicos, e está estruturado a partir de princípios comuns aos países. Lamenta igualmente a ausência da Venezuela no referido debate.



A representante do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) celebrou a proposta do Uruguai no que diz respeito ao seu conteúdo e ao compromisso com o debate sério gerador de propostas concretas sobre o tema no âmbito da RAADH. Propõe que o texto expresso na proposta figure em ata, e que também conste na mesma, nominalmente, o apoio de Argentina, Chile, Uruguai e Brasil à proposta. Concorde com a necessidade de que mais altas autoridades estejam presentes na reunião.

O representante do "Artigo 19" manifestou concordância com o CEJIL e CELS no que diz respeito ao debate sobre o fortalecimento do SIDH e ao apoio à proposta do de declaração do Uruguai. A partir de proposta do Chile relativa a utilização de novas tecnologias nas reuniões da RAADH, afirmou que seria interessante que a participação da sociedade civil seja contemplada na discussão do tema sugerido.



Brasília, 30 de novembro de 2012.

Tendo em vista o disposto na Decisão CMC N° 04/93 "Participação nas Reuniões" e o Artigo 2° da Resolução GMC N° 26/01 "Atas e Documentos do MERCOSUL", a Ata e seus Anexos ficam ad referendum da Venezuela.

Estados Membros

Representante do Brasil

Representante da Argentina

Representante do Uruguai

Representante da Venezuela

Estados Associados

Representante da Bolívia

Representante do Chile

Representante da Colômbia

Representante do Equador

Representante do Peru



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
 SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO: IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - RAADA
 DATA: 29/11/12
 HORÁRIO 08:00h ÀS 18:00hs - TANDG

NOME	DOCUMENTO	CONTATO/PAÍS	ASSINATURA
Pedro U. Andoñe de Morales	2340976	Pedro.andot@sdh.gov.br	[Signature]
Alejandro Invercente Mra	200228	Alejandro.invercente@ochim.org	[Signature]
Juan Pablo Guerrero - PERU	D20999-00	jp991973@hotmail.com	[Signature]
Ricardo Houfferns - Colombia	D21994-00	ricardo.houfferns@gmail.com	[Signature]
Mayra Ureña Menacho	C000139	maysaurena@gmail.com	[Signature]
Luis Alén - SUBSECRETARIO DHH ARGENTINA	11361023	luisal@dh.gov.ar	[Signature]
Maria Julia Barreto	28034348	[Signature]	[Signature]
Juan Antonio Barreto	D18757-00	[Signature]	[Signature]
Cecilia Nemovich	27017391	luc@imreac.gov.ar	[Signature]
Carlos Eduardo da Cunha Oliveira	11663 - MRB	Carlos.Cunha@ita.gov.br	[Signature]
<i>Catalina Brub</i>			
ANDRÉ SABOIA MARTINS	RG 3052942-3 SBRP	ANDRE.SABOIA@sdh.gov.br	[Signature]
FEDERICO PERAZZA	B 025709	fperazza@gmail.com	[Signature]
JAVIER MIRANDA	B060810	javierm@nrc.gov.uy	[Signature]
Juan Pablo Cristofora	S. 545.206-3	Jcristofora@nrc.gov.uy	[Signature]
Juan Carlos Anabelon Dolzetz	1403709-6	Jeanabalon@nrc.gov.uy	[Signature]
SANTAGO CHAVEZ VARELA	55605660	FRANCISCA DE ECUBA@nrc.gov.uy	[Signature]
VICTOR GARANDICH			

VALERIA NOVAK
 541152365840
 Valerianak@gmail.com



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO: IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - RANOH
DATA: 29/11/12
HORÁRIO 08:00 ÀS 18:00hs / Manhã

NOME	DOCUMENTO	CONTATO/PAÍS	ASSINATURA
LAURA TOUER	28556614	0054152365843	
VALENA NOVAK	3187214	0054152365840	
VICTOR ABRAMOVICH	16554338	00554152365840	
SAUTIAGO CHAVEZ LAPEJA		FECHUB28@COMIRDEF.608.EC	
JUAN PABLO CRISTOSTOMO		JCR150570MPC@MINREI.GOV.CI	
Manuel Adell Acosta	D023400	Manueladell1470@cabonil.com	
JANIER RIZANDA	B000810	Jmiranda@mec.gov.br	
Esdemiro PERAZZA	B025709	fiperazza@gmail.com	
Salvador Barros		salvador.barros@sdh.mec.gov.br	
ANDRÉ SABOIA MARTINS	RG 3052342 - 3	ANDRE.SABOIA@SDH.GOV.BR	
ALBINO ERNESTO TOLI JUNIOR	4004113661	AUBINO.POLIO@SETRIP.GOV.BR	
CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA	11663	Carlos.Cunha@Itaeroboty.gov.br	
Cecilia Peidovich	22014391	hce@mrec.gov.ar	
Manoel Jpb. Loreto	20034346	Hj@mrec.gov.ar	
LUIS ALEN	11361023	ssphn@gmail.com	
MARIA ELENA MADDEO	12081438	marielenamaddo@comcast.net	
MAXSA UREÑA MENACHO	5000139	maysaurenmenachomail.com	
Ricardo Fontenaygo	521494-00	Ricardo.Fontenaygo@Carilleriz.gov.ec	

NOME	DOCUMENTO	CONTATO	ASSINATURA
ALFREDO MOREIRA	200628	36 979761848	
SOLEDAD GARCIA JUNIOR	93766341	sgarcia-munoz@judicial.gov.br	
Pedro H. Agost de Moraes	2340976	pedro.andoti@sdh.gov.br	
Seidemo Soares	2538506	seidemo.soares@sdh.gov.br	
Ternando Luis	18062	61 8176-0035	
Alvinda Andrade ^{Soares}	297043-SP	(11) 986636051	
GABRIELA KLETZEL (CELSA MASTINA)	29478533	54114334-4200	
MAURICIO SANTORO	11096140-6	(21) 3174-8610	
Camila Koch	4648368	camila.koch@idh.org.br	
Juan Antonio Barreto	118717-OP	Juan.Antonio.Barreto@idh.org.br	
Maria Beatriz Nogueira	192800	Maria.Nogueira@idh.org.br	
Carlos Henrique Zimmerman	15371-MLC		
Victor de Souza Santos	14888-MRE		
George Lima	2365759 SSP/DF	george.lima@sdh.gov.br	
Angélica Goulart		angelicagoulart@sdh.gov.br	
Isabel Valcarencha	15.339.569-2	(61) 9918.6577	
DANIEL EMPLE ROMANET CUSTODIO	3493247-7	(0598) 99219257	
LUIS EDUARDO PURTSCHER	3.303.771.9	luis@pu27e.adminet.com	
SEBASTIÃO PEREIRA	467.671-8	PSI.bereira@idh.org.br	
JUAN CARLOS AMABALAN	6403909-6	juancarlos@sdh.gov.br	
JULIANA DE MOURA GOMES	15701	FURS.56-2-28878818	
RAFAEL SOARES	1821506 SSP/RN	(61) 20808048	
		soares.rafael@sdh.gov.br	



**IV Reunião Extraordinária de Altas Autoridades em Direitos Humanos e
Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH)**

Presidência Pro Tempore Brasileira (PPTB) – 2º semestre de 2012

Brasília, 28 a 30 de novembro de 2012

Local: Sala Plenária do 10º andar da SDH/PR

**AGENDA
Reunião Plenária**

Dia 29/11/12, quinta-feira

09h00 às 10h30

- 1) Abertura da Senhora Ministra Maria do Rosário
- 2) Palavras das Altas Autoridades em Direitos Humanos

10h30 às 13h00

- 3) Encaminhamentos dos subgrupos
 - a) Relato de encerramento das atividades do GT Indicadores;
 - b) Relato das atividades da Comissão Iniciativa Niñ@Sur e do Grupo Técnico Operação Condor.
- 4) Organização dos Estados Americanos
 - a) Relato do Seminário “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Boas Práticas em Soluções Amistosas”.

13h00 às 15h00

Almoço oferecido pela PPTB

15h00 às 18h00

- 5) Análise da Proposta de Regulamento da RAADH, elaborada pelo IPPDH



Dia 30/11/12, sexta-feira

09h00 às 13h00

6) Atividades do IPPDH

- a) Apresentação de Relatório da Secretaria Executiva sobre a situação dos direitos humanos no Paraguai;
- b) Situação do "Projeto de construção de infraestrutura para a proteção e promoção dos direitos humanos", encaminhado ao FOCEM;
- c) Cooperação bilateral dos Estados do MERCOSUL e Associados com o Haiti em matéria de DH;
- d) Realização de concursos públicos.

7) Análise do Manual de Genética Forense, apresentado pela Delegação Argentina;

8) Outros assuntos

9) Conclusão dos trabalhos e assinatura da ata



MERCOSUL/RAADH/GT-NINOSUR/ATA N° 03/12

REUNIAO DA COMISSAO PERMANENTE PARA A COORDENACAO E IMPLEMENTACAO DE ACOES RELATIVAS A INICIATIVA NINOSUR PARA A PROMOCAO E PROTECAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 28 de novembro de 2012, a Reunião da Comissão Permanente para a Coordenação e a Implementação de Ações relativas à Iniciativa Niñ@sur para a Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CP Niñ@sur), com a presença das Delegações de Argentina, Brasil e Uruguai, como Estados Parte.

A composição das delegações participantes encontra-se no **Anexo I** da presente Ata.

1. Abertura pela presidência pro-tempore do Brasil

A representante da delegação brasileira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angelica Goulart, iniciou a reunião dando boas-vindas às delegações e ressaltou a importância dos temas que serão tratados nessa reunião extraordinária: o projeto PAIR MERCOSUL e também o Plano Estratégico do UNICEF. Lembrou que o projeto PAIR MERCOSUL encerra em dezembro o seu cronograma que começou em 2005. A representante brasileira expressou a felicidade de presidir a sua primeira reunião da Iniciativa Niñ@Sur, principalmente recebendo os participantes no Brasil. Após lembrar os principais objetivos políticos da reunião e ler os temas da agenda, a representante passou a palavra às demais delegações presentes.

O representante da delegação da Argentina saudou os presentes e informou que a senhora Victoria Martinez, representante titular da Argentina na Iniciativa, teve um problema pessoal e que por tal motivo não pode comparecer. Ressaltou que para o governo da Argentina está engajado nas discussões dos temas a serem tratados nessa reunião e que apoiam a iniciativa de um acordo regional para enfrentamento do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Além disso, apresentou a Deputada Maria Elena Naddeo, da Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires, que permanecerá na reunião do Niñ@sur representando o governo da Argentina. Informou ainda que participará na parte da tarde durante a discussão do Plano Estratégico do UNICEF. Aproveitou a oportunidade para discutir os pontos do projeto de acordo a ser assinado pelas Altas Autoridades. Pontuou que o termo "subsidiar" no artigo 9 da proposta representa em espanhol o aporte de recursos. Sugeriu a alteração do termo.

O Uruguai saudou os participantes da Iniciativa e ressaltou a importância que o governo uruguaio dá às reuniões do Niñ@sur e também aos debates que serão realizadas durante o dia de hoje. Aproveitou para cumprimentar a presidência pro-tempore brasileira quanto à organização da agenda. Aproveitou a intervenção para destacar que o Uruguai apoia a proposta de acordo, mas que a delegação precisará fazer consultas à capital para tratar os pontos que envolvem outras estruturas do governo do Uruguai. Nesse sentido, informou que fará as consultas necessárias e



informará à Iniciativa.

A presidência PPT brasileira passou então a palavra às organizações da sociedade civil presentes. A representante da União Marista do Brasil cumprimentou os participantes da reunião e se apresentou informando que fez parte da construção do projeto PAIR MERCOSUL e que está muito feliz em fazer parte dessa reunião que analisa os resultados do projeto.

2. Análise e aprovação do Plano Regional do Projeto PAIR MERCOSUL

A PPT brasileira passou a discutir o primeiro ponto da pauta que é a análise dos resultados do projeto PAIR MERCOSUL. Nesse sentido, a representante do Brasil convidou o Professor Dr. Ângelo Motti, coordenador do Projeto, para apresentação dos resultados finais.

O Professor Motti apresentou uma retrospectiva em relação às atividades e aos componentes do Projeto, que envolveram desde 2005 várias instituições dos países envolvidos nas 15 cidades da fronteira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Projeto PAIR MERCOSUL foi iniciado a partir de uma demanda estratégica dos países que conformam o bloco com o objetivo de enfrentar o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na região da fronteira. Financiado com recursos do BID, o Projeto percorreu cinco componentes (etapas) executadas com êxito neste período. O professor Motti lembrou ainda que o Projeto é a realização de um bem comum regional, conforme acordado com o BID, que visa disseminar tecnologia entre os países do Bloco. O professor ressaltou a importância de dar continuidade às atividades do projeto. Para tanto, propôs a realização de um encontro das cidades gêmeas durante a PPT do Uruguai, com os recursos restantes do Projeto, sem custo operacional financeiro para o governo daquele país.

Argentina manifestou apoio quanto à proposta de realizar uma reunião das cidades gêmeas durante a próxima presidência pro-tempore. Além disso, ressaltou os resultados do Projeto PAIR MERCOSUL, ou projeto Cidades Gêmeas, como é conhecido na Argentina. Lembrou que é um desafio constante enfrentar o tráfico de crianças e adolescentes e é importante dar seguimento ao Projeto.

Uruguai congratulou a coordenação do Projeto PAIR MERCOSUL dizendo que o tema não estava na agenda dos governos há algum tempo, mas que sem dúvida hoje o assunto está presente nos espaços de debate das instituições públicas e privadas. A delegação entende que o tema é complexo, principalmente quanto à autonomia dos municípios e o caráter político-administrativo das instituições. Lembrou que é necessário realizar uma atuação intersetorial que a diversidade dos atores dê conta de um fenômeno que por natureza é diverso. Ressaltou que o Projeto capacitou e apoiou as redes locais, mas sem substituir a atuação das redes, fortalecendo-as. A delegação também ressaltou as iniciativas legislativas que foram surgindo nesse período onde o Projeto superou o próprio projeto.

O Professor Motti informou que muito foi aprendido com a execução do projeto. As diferenças entre os países e o encontro de diferentes competências criou uma rede



mais consistente na troca de experiência tecnológica, modificando para melhor a cultura nas regiões de fronteira. Além disso, lembrou que dentre os “aplicativos” conhecidos no âmbito do BID, dois deles representam iniciativas importantes. O primeiro aplicativo é a construção de robôs para interação com crianças, tendo em vista que estudos mostram que as crianças permanecem mais sinceras e seguras nesse contexto de interação. O outro aplicativo é um software que permite a conexão entre instâncias de proteção.

A delegação Argentina propôs incluir no evento a ser realizado das cidades gêmeas o compartilhamento de experiências exitosas e inovadoras como é o caso dos aplicativos reunidos pelo BID, tendo sido aprovado pelos membros da iniciativa.

As organizações da sociedade civil presentes solicitaram a inclusão dessas instituições no evento a ser realizado em 2013 no Uruguai. A UMBRASIL pediu ainda que as autoridades incluam na agenda da próxima RAADH a discussão sobre o dia de Debate Geral do Comitê dos Direitos da Criança de 2013, cujo tema será “Mídia e Direitos da Criança”.

3. Debate sobre o Plano Estratégico do UNICEF.

A PPT brasileira reabriu a reunião apresentando os convidados, sendo os senhores Gary Stahl, representante do UNICEF no Brasil e o senhor Andrés Franco, Representante do UNICEF na Argentina. Em seguida a PPT passou a palavra ao senhor Gary Stahl para sua intervenção.

O senhor Gary iniciou sua fala ressaltando que o plano atual do UNICEF foi adotado em 2006 e que já foi prorrogado por duas oportunidades. No próximo período o plano será discutido para adoção em setembro de 2013. Esse cenário de planejamento de médio-prazo considerará a crise mundial e o novo contexto em que estamos inseridos. Inicialmente se prevê que os objetivos e prioridades podem ser direcionados para a África e para alguns países da Ásia. Além disso, os países doadores da Junta Executiva do UNICEF poderão continuar a sua influência na tomada de decisão, mas os países do bloco podem incidir positivamente na construção do Plano.

Nesse aspecto, o UNICEF informou que 5 países do GRULAC compõem a Junta Executiva do Fundo. Atualmente Antígua e Barbuda preside a Junta, sendo que Colômbia é o representante da América do Sul.

Quanto ao calendário de construção do Plano Estratégico, o UNICEF afirmou que em fevereiro de 2013 serão apresentados documentos para subsidiar o processo, tais como diagnósticos e avaliação do Plano vigente. Em julho, a Junta se reunirá para a apresentação de um rascunho e em setembro de 2013 o documento deve ser adotado.

De acordo com o UNICEF o novo Plano Estratégico estará focado em alguns princípios: equidade, direitos humanos, igualdade de gênero e sustentabilidade. O Plano avançará na proteção dos direitos das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas, além de focar na família, comunidade e na construção de sociedades mais resilientes às emergências. Além disso, o UNICEF pretende dar maior ênfase à



troca de conhecimentos técnicos entre os países por meio da cooperação triangular com a participação do UNICEF.

Alguns temas novos serão inseridos no Plano. Alguns deles já trabalhados recorrentemente no âmbito latino-americano. São eles: adolescentes (desenvolvimento e participação), redução dos riscos de desastres, crianças migrantes, crianças com deficiência, população LGBT, crianças em áreas rurais e urbanas, violência e violação de direitos, bem como as disparidades entre pobres e ricos.

O representante do UNICEF ressaltou que se a região não influir na construção do Plano, muito provavelmente as prioridades são direcionadas aos países da África e Ásia. O representante do UNICEF na Argentina ressaltou a importância da participação da região na construção do Plano e reiterou as datas do processo.

A delegação do Brasil propôs a conformação de um grupo de trabalho para tratar sobre o tema, que poderia definir as contribuições nacionais e em seguida consolidar um documento único para a região.

A delegação do Uruguai agradeceu a apresentação do UNICEF, mas registrou que o tempo para contribuição é curto, visto estamos praticamente em dezembro. Nesse sentido, o Uruguai se compromete a participar do grupo de trabalho para a construção de um documento para manifestação conjunta.

A Argentina realizou consultas à sua Chancelaria e também se manifestou favorável à conformação do grupo de trabalho.

A delegação do Brasil questionou então sobre o processo de participação e envolvimento do Bloco na construção do Plano. O UNICEF respondeu que o ideal seria fazer uma consulta, por meio da Delegação do Brasil junto à ONU em Nova York, para a Delegação de Antígua e Barbuda que hoje preside a Junta Executiva do UNICEF. O Brasil se comprometeu a realizar essa consulta.

O UNICEF informou também que está à disposição da região para prestar os seus bons ofícios e facilitar o recolhimento de informações e dados para a tomada de decisão. O Brasil, por sua vez, ressaltou a importância de definir a metodologia de trabalho, visto que o curto espaço de tempo exige uma atuação célere. Ao ser questionado pelo Brasil sobre seguir ou não os eixos levantados prioritários elencados para esse novo Plano Estratégico, o UNICEF informou que enviará os 51 indicadores que o Fundo utiliza para medir os avanços em cada país, para que a região avalie o conjunto. A delegação do Uruguai indicou que esse é um bom momento para também fazer uma leitura crítica dos processos atuais de definição de estratégias e objetivos e que podemos trabalhar novas epistemologias e aprofundar a cooperação sul-sul e triangular.

O UNICEF afirmou que hoje o Fundo não tem uma agenda de cooperação entre países em desenvolvimento definida, mas a capilaridade do Fundo nas diversas regiões do mundo é uma oportunidade para a o seu papel de facilitar as trocas de conhecimento e técnicas. A sugestão de um Bloco Regional pode auxiliar com que essa agenda seja



inserida no Plano Estratégico. Por fim, a delegação do Uruguai sugeriu que o Brasil lidere o processo de consolidação dos aportes do MERCOSUL para o Plano, o que foi aceito prontamente pela delegação brasileira. O Uruguai sugeriu ainda que o grupo trabalhe de forma virtual, mas que tenha uma reunião presencial para validar o documento, que não precisa ser muito extenso, conforme orientação do UNICEF.

4. Encerramento

Após a conclusão dos debates acerca dos itens da Pauta, a PPT do Brasil deu por encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos e registrando os principais encaminhamentos conforme abaixo:

Principais Encaminhamentos:

- a. Realizar o encontro das cidades gêmeas participantes do projeto PAIR MERCOSUL durante a PPT Uruguiaia (2013), incluindo painel sobre experiências exitosas e inovadoras nos moldes dos aplicativos do BID;
- b. A reunião de que trata o item anterior deve, a medida do possível, ocorrer em datas próximas à Reunião Conjunta das Reuniões Especializadas do MERCOSUL sobre Tráfico de Pessoas, aprovada na última Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL;
- c. Inserir na próxima RAADH o tema “Mídia e Direitos da Criança”, previamente à reunião do Comitê dos Direitos da Criança que tratará sobre esse assunto;
- d. Conformar grupo de trabalho, liderado pelo Brasil, para a construção conjunta de contribuições ao Plano Estratégico do UNICEF;
- e. Brasil verificará a forma de contribuição ao Plano enviando consulta à presidência da Junta Executiva do UNICEF (Antígua e Barbuda) por meio da Delegação do Brasil junto à ONU em Nova York;
- f. Realizar as reuniões do grupo de trabalho por meio eletrônico e em Janeiro de 2013 realizar reunião presencial para validar o documento; e
- g. Encaminhar à IV RAADH Extraordinária a minuta de “Acordo Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no MERCOSUL”, para avaliação e assinatura.



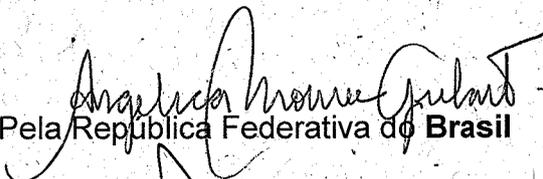
5. Lista de Anexos

Anexo I – Lista de Participantes;

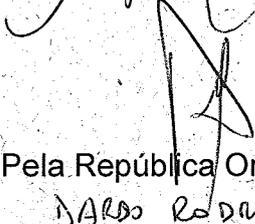
Anexo II – Agenda;

Anexo III – Minuta do “Acordo Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no MERCOSUL”;

Brasília, 28 de novembro de 2012.


Pela República Federativa do **Brasil**


Pela República de **Argentina**


Pela República Oriental do **Uruguai**
DARDO RODRÍGUEZ - ENSE.

Pela República Bolivariana da **Venezuela**

Pelo Estado Plurinacional da **Bolívia**

Pela República do **Chile**

Pela República da **Colômbia**

Pela República do **Equador**

Pela República do **Peru**



ANEXO V

Sugestões de Parágrafo aprovados pela IV RAADH Extraordinária para o Comunicado de Presidentes e Presidentas dos Estados Partes do MERCOSUL

- 1) Os Presidentes e Presidentas dos Estados Parte do MERCOSUL reconhecem os resultados alcançados no âmbito do “Grupo Técnico de obtenção de dados, informações e levantamento de arquivos das Ações Repressivas coordenadas do Cone Sul e em particular da Operação Condor”, criado no âmbito da Comissão de Memória, Verdade e Justiça da RAADH, consistentes no levantamento de arquivos relevantes para a matéria, o que possibilita maiores avanços na cooperação com vistas ao acesso a documentação relativa a graves violações de direitos humanos. Também destacam a aprovação pela RAADH dos princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória, elaborado pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH). Este documento funcionará como um guia orientador das políticas públicas dos governos do MERCOSUL na matéria.
- 2) Os Presidentes e Presidentas dos Estados Parte do MERCOSUL celebram a aprovação pela RAADH do Programa de Ações e Atividades para Garantir os Direitos de Crianças e Adolescentes Migrantes e de seus Familiares no MERCOSUL. Esse programa, integrado ao Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), busca coordenar diversas áreas dos governos, com vistas a assegurar a adequada implementação dos acordos migratórios do MERCOSUL e das normas internacionais sobre direitos humanos de crianças e adolescentes migrantes, o que aperfeiçoará as políticas e procedimentos em matéria migratória no MERCOSUL.



MERCOSUL/RAADH/ANEXO VI

COMUNICADO DAS ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E BOLÍVIA, CHILE E EQUADOR SOBRE A SITUAÇÃO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

As Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia, Chile e Equador expressam sua satisfação pela recente aprovação de resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas a qual reconhece a Palestina como Estado observador não-membro daquela organização.

Manifestam, no entanto, sua profunda preocupação com a violência ocorrida recentemente entre Israel e grupos palestinos da Faixa de Gaza, a qual atingiu diretamente a população civil na região.

As Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia, Chile e Equador recordam que o uso desproporcionado da força tem ocasionado graves e múltiplas violações de direitos humanos, com efeitos altamente prejudiciais à população civil, em especial crianças, mulheres e idosos.

Alertam para a importância do papel do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas na proteção dos direitos humanos das vítimas da violência naquela região, bem como da responsabilidade primordial do Conselho de Segurança no processo de construção da paz israelo-palestina.

As Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia, Chile e Equador tomam nota, com satisfação, do recente cessar-fogo negociado entre as partes. Ao reiterarem que o caminho para a superação da presente crise deve ser o da diplomacia e o do respeito pleno aos direitos humanos, conclamam a que ambas as partes tomem todas as medidas necessárias para evitar a retomada de atos de violência na região.